

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 70ª Reunião Ordinária – 19/10/2012 - 09h00min

Local: CEASA CAMPINAS - Rod. D. Pedro I - SP 065 - km 140,5 - Pista Norte Campinas/SP

1 **1. Pauta de Convocação:** A pauta e a convocação
2 da reunião foram encaminhadas em 19/10/2012 a
3 todos os membros da Câmara Técnica, por meio de
4 mensagem eletrônica transmitida pelo coordenador
5 João Primo Baraldi.

6 **2. Abertura:** A abertura da reunião foi dada pelo
7 Coordenador João Baraldi que após dar boas
8 vindas aos presentes, solicitou a apresentação dos
9 membros presentes bem como a instituições que
10 representam. A palavra foi dada para Luis Fernando
11 Amaral Binda, que em nome do Sindicato Rural de
12 Campinas (CEASA), deu boas vindas a todos e deu
13 início a sessão.

14 **3. Membros Presentes:** Estavam presentes à
15 reunião os seguintes membros: Jaime Dolenc e Ari
16 Augusto de Souza Pratti ASSEMAE; Denis Herisson
17 da Silva CATI; Petrus Weel HOLAMBRA; Walter
18 Becari DAEE; Isabella Clerici De Maria IAC;
19 Waldemar Bóbbo IPISA; Eurípedes Raymundo
20 PREFEITURA DE AMERICANA; Aline Gramghelli
21 PREFEITURA DE JAGUARIUNA; Renata Mauro
22 Freire PREFEITURA DE JUNDIAI; Roberta Ribeiro
23 Dalfré PREFEITURA DE LIMEIRA; Miguel Milinski
24 PREFEITURA DE RIO CLARO; Luiz A.C. S. Brasi
25 ROTARY INTL.; Déborah Ciarelli SABESP; Jaime
26 Dolenc SANASA; Luis Fernando Amaral Binda
27 SINDICATO RURAL DE JUNDIAI E DE CAMPINAS;
28 Nilton Piccin SINDICATO RURAL DE LIMEIRA;
29 Fernanda Aparecida Gonçalves Medeiros Santos
30 SINDICATO RURAL DE PIRACAIA; Ricardo Dias
31 Pacheco SINDICATO RURAL DE PIRACICABA;
32 João Primo Baraldi SINDICATO RURAL DE RIO
33 CLARO; Lucas Peranovich e Lima ASS. TERCEIRA
34 VIA; Denis Miguel Roston UNICAMP/FEAGRI;
35 Elaine Franco de Campos AGENCIA PCJ; Marina
36 Merlo Sampaio de Campos TNC; Samira Santos
37 Freitas SEMA LIMEIRA; Osmar Mosca Diz CATI
38 DEXTRU; Vera Lucia Namura CETESB (CT
39 EA/PCJ) Elizabete DalBo Azevedo PREFEITURA
40 DE JAGUARIUNA.

41
42 **4. Participação da CT-RURAL:** Denis Silva fez a
43 leitura da ata anterior que foi aprovada com
44 propostas de alterações, sendo de capital
45 importância a inclusão do pedido da CT-Rural de
46 um representante permanente da TNC junto a
47 Câmara, conforme deliberado na última plenária. A
48 seguir foi dada a palavra à Marina Campos (TNC)
49 que informou que foi encaminhada à TNC uma
50 cópia da ata anterior para conhecimento da situação

51 e que está dando atendimento conforme prioridade
52 cronológica junto aos produtores. Disse que se
53 reunirá com a Sra. Joyce e Leila da WWF neste
54 mesmo dia na tentativa de se formular uma parceria
55 com vistas à obtenção de recursos financeiros e/ou
56 materiais necessários, para realizar as atividades
57 pendentes do projeto. Informou ainda que a
58 contratação de um técnico exige tempo e
59 impossibilita a realização das atividades dentro de 3
60 meses, conforme prazo deliberado na última
61 plenária da CT-Rural. Disse ainda que o processo
62 de obtenção de recursos junto ao BNDES é mais
63 burocrático e necessita de um tempo maior. Brasi
64 defendeu a argumentação de que os produtores
65 rurais, por serem os principais atores devem estar
66 plenamente envolvidos e comprometidos com o
67 projeto para evitar uma possível/nova frustração.
68 Disse ainda que o projeto produtor de água, por ser
69 piloto, será referência para elaboração de outros
70 projetos, bem como ser a base ou subsídio para a
71 formulação de um projeto de lei específico referente
72 ao pagamento de serviços ambientais. Marina falou
73 que os contratos firmados já estão sendo realizados
74 por meio de um termo de cooperação, onde os
75 produtores são co-responsáveis pelo projeto, do
76 qual já se entende uma forma de parceria. Elaine
77 (Agencia PCJ) solicitou que os projetos sejam
78 enviados à Agência PCJ para verificação junto à
79 Consultoria Jurídica e elogiou a iniciativa da TNC
80 em buscar parcerias para obtenção de recursos.
81 Luiz Brasi propôs que seja elaborado um pedido
82 formal da CT-Rural para que a TNC designe e
83 formalize como Coordenadora do Projeto Piloto
84 Produtor de Água a Srta. Marina Campos de forma
85 efetiva junto a esta câmara técnica. João Baraldi
86 (SR Rio Claro) concordou na elaboração desta
87 solicitação e agradeceu a forma esclarecedora e
88 dedicada que Marina Campos está abordando o
89 assunto e acredita que a sua participação
90 permanente na CT-Rural fará com que a TNC atue
91 de forma mais determinada no projeto Produtor de
92 Água. A seguir o Eng. Agr. Osmar Mosca Diz da
93 CATI, fez a apresentação do projeto de sistema de
94 proteção de nascentes Modelo Caxambu. Findada a
95 apresentação, solicitou apoio à CT-Rural na
96 divulgação e promoção do projeto e fez
97 observações com relação à particularidade das
98 diferentes nascentes existentes. Fernando Amaral
99 Binda (SR Campinas) indagou sobre a necessidade
100 de licenças e autorizações para este tipo de serviço
101 por parte do produtor. Osmar informou que na
102 EPAGRI de Santa Catarina, onde trabalhou há

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 70ª Reunião Ordinária – 19/10/2012 - 09h00min

Local: CEASA CAMPINAS - Rod. D. Pedro I - SP 065 - km 140,5 - Pista Norte Campinas/SP

103 anos, a intervenção na nascente pelo órgão de
104 extensão rural oficial é muito mais acessível do que
105 em São Paulo, onde esta condicionante está a
106 cargo do órgão ambiental e departamento de águas.
107 Defendeu ainda a elaboração de um acordo ou
108 políticas que facilite tal acesso, uma vez que tal
109 projeto traz melhoras significativas nas nascentes e
110 em especial na qualidade da água. Foi esclarecida
111 pela Dra. Isabella (IAC) que esse projeto protege as
112 águas subterrâneas, uma vez que, veda a entrada
113 de poluentes e outras interferências indesejáveis
114 através das nascentes. Luiz Brasi informou que
115 fará correspondência endereçada à CETESB em
116 atenção a Dra. Vera Lucia Namura (CT EA/PCJ),
117 buscando verificar a possibilidade de ser facilitada e
118 desburocratizada a obtenção das licenças e
119 autorizações para aplicação no projeto ora
120 apresentado, com vistas a sua aplicação junto aos
121 produtores rurais das bacias envolvidas na nossa
122 CT-Rural, conforme o modelo da EPAGRI de Santa
123 Catarina. A seguir foi apresentado o projeto da
124 Terceira Via por Lucas Peranovich e Lima. Findada
125 a apresentação, Vera Lúcia (CETESB CT/EA)
126 observou que as cartilhas e os produtos que serão
127 originados com o projeto devem ter uma aplicação
128 prática. Denis entregou uma via do projeto com
129 diversas sugestões apontadas e levantou algumas
130 observações a serem discutidas em conjunto na
131 câmara: 1) Que o projeto visa resumidamente um
132 diagnóstico da área de estudo cruzando
133 informações de dados já existentes em sistema
134 informatizado e um trabalho de educação ambiental,
135 o que em si não significa diretamente "boas práticas
136 agropecuárias" como elucida o título do projeto; 2)
137 Que concorda que o bom diagnóstico da área e a
138 conscientização ambiental (projeto) são
139 fundamentais para adoção futura de "boas práticas
140 agropecuárias", mas este termo deve ser explícito
141 como justificativa no projeto; 3) Que a carga horária
142 de 16 horas de curso (equivalente a dois dias) é
143 insuficiente para capacitar os técnicos da casa da
144 agricultura, considerando que é muito ampla a
145 relação de técnicas relacionadas com boas práticas
146 agropecuárias que podem ser adotadas em uma
147 propriedade agrícola. Com a palavra, Isabella (IAC)
148 propôs um melhor detalhamento e justificativa do
149 projeto e citou as seguintes observações: 1) que o
150 levantamento e interpretação de classes de
151 capacidade de uso do solo (LEPSCH, 1983) seja
152 realizado considerando o conhecimento técnico e a
153 realidade agrícola atual, diferente da época em que
154 o manual de referência foi publicado; 2) Que é

155 necessário definir/detalhar os treinamentos técnicos,
156 por exemplo, se são referentes às boas práticas ou
157 à utilização dos resultados disponibilizados por meio
158 da plataforma que será disponibilizada ou ambos; 3)
159 que é preciso melhorar o texto do projeto,
160 conectando objetivos, metas, ações, resultados e
161 indicadores. Elaine (Agencia PCJ) manifestou
162 preocupação sobre a operacionalização do software
163 proposto, pois além da capacitação, serão
164 necessários recursos para a manutenção periódica
165 deste sistema bem como treinamento para
166 utilização. Com a palavra, Luiz Brasi (Rotary
167 International) ressaltou que o projeto deve garantir a
168 sigilidade dos dados obtidos na propriedade, mas
169 que o projeto e a plataforma devem ser de domínio
170 público, mas controlado pelo Comitê PCJ. Findada
171 as sugestões, a plenária concordou que o projeto é
172 bom e as alterações são necessárias para que o
173 projeto seja encaminhado de forma sólida e
174 objetiva. Lucas agradeceu as alterações propostas
175 e manifestou interesse em participar de uma reunião
176 para detalhar melhor o projeto. João Primo Baraldi
177 agradeceu a presença de todos, encerrou a reunião
178 e Eu, Denis Herisson da Silva, digitei a presente ata
179 que será submetida à apreciação na reunião
180 seguinte.

181 **6. Informes e Considerações Finais:** As atas
182 anteriores ficaram disponíveis para apreciação
183 durante a reunião.

184 Campinas, 19 de outubro de 2012.

185
186 João Primo Baraldi
187 Coordenador

188
189 Luiz A,C,S,Brasi
190 Coordenador Adjunto

191
192 Denis H. Silva
193 Secretário da CT-Rural

194